

**CLIPPING IMPRESSO**

**22/07/2022**



# INDICE

---

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. ESMAM.....	1 - 2
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	4

# **Judiciário capacita servidores para interpretação de Libras**

*Pag. 6*

## CURSO

# Judiciário capacita servidores para interpretação de Libras

Preparar os servidores para a abordagem resolutive e humanitária no atendimento a pessoas surdas nos mais diversos espaços de contato com o Poder Judiciário maranhense. Essa é a proposta da segunda etapa da formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), que segue até o dia 29 de julho, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), com duração de 60 horas-aula.

A turma, composta por 20 servidores e servidoras, participa de simulações de situações enfrentadas no cotidiano de pessoas surdas. A abordagem envolve, por exemplo, a saudação, família, vestimenta, tempo, animais, alimentos, profissões e localidades. Uma das técnicas aplicadas é a da desibinição corporal, adequada aos espaços de convivência social e das relações humanas.

A psicopedagoga Giorgiana Castro dos Santos Lisboa, responsável pela formação, explica que o foco desse módulo de nível intermediário é aprimorar o que os alunos estudaram no curso básico, com aulas voltadas para a conversação em Libras. "Ao final do curso, estarão mais seguros e aptos a prestar informações



ou dar alguma orientação aos surdos", acrescenta.

Seguindo a proposta do projeto pedagógico, o curso tem a finalidade de assegurar aos servidores a utilização da Libras em nível intermediário e proporcionar a compreensão de situações contextualizadas à dinâmica social. A prática está voltada para desenvolver habilidade de interação e mediação entre os surdos e os ouvintes, pos-

sibilitando uma comunicação acessível.

### ACESSIBILIDADE

A habilitação de servidores intérpretes de Libras é promovida pela ESMAM, desde 2009. Ao longo desse período, mais de 30 ações educacionais foram realizadas, capacitando cerca de 600 alunos, nos níveis Básico I e II e Intermediário.

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos,

diretor da escola judicial, destaca que a iniciativa atende ao disposto na Resolução 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

# TJMA promoverá curso sobre assédio moral e sexual para lideranças

Divulgação - Ascom/TJMA



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, coordenada pela desembargadora Sônia Amaral, deu início às primeiras ações para o desenvolvimento de medidas institucionais para prevenir e orientar sobre o assédio moral e sexual no trabalho.

Em reunião promovida no dia 18 de julho, a Comissão decidiu sobre a realização do curso “Assédio Moral, Sexual e Discriminação”. Direcionado aos cargos de gestão do Tribunal de Justiça, com a tutoria de Fábica Carla Castro Alves e carga horária de 20 horas, ele será realizado na modalidade à distância. As aulas começam em 15 de agosto de 2022 .

Segundo a secretária do Comitê de Enfrentamento e Prevenção do Assédio Moral, do

Assédio Sexual e da Discriminação, Mariana Clementino, essa primeira turma é limitada aos membros do Comitê e de algumas lideranças do Judiciário, que estão na linha de frente dos atendimentos aos servidores.

## FORMAÇÃO DE EQUIPE

Na mesma ocasião, a Comissão acertou os detalhes para iniciar estágio curricular de três estudantes de Psicologia, que deverão elaborar formulários da pesquisa quantitativa e qualitativa, para embasar o plano de ação da Comissão.

As estagiárias em Psicologia Ana Carolina Pinheiro, Paula de Cássia Ferreira e Yasmin Caldas Felipe são estudantes da Universidade Dom Bosco. (Ascom/TJMA )

## **Assembleia Legislativa divulga relatório de atividades do primeiro semestre de 2022**

A Assembleia Legislativa do Maranhão divulgou o relatório de atividades desenvolvidas na 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, relativo ao primeiro semestre do ano, compreendendo o período de 3 de fevereiro a 15 de julho. O trabalho foi desenvolvido pelas diretorias Geral da Mesa Diretora, Legislativa e de Documentação e Registro. O documento tem como objetivo fornecer informações sobre a quantidade de proposições legislativas e a situação das mesmas, em uma análise de conjuntos definidos por proponente e por tipo de proposição. Assim, é indicada a quantidade de proposições de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), da Defensoria Pública do Estado e do Tribunal de Contas do Estado,

separadas por tipo e situação. No relatório, são abordados os dados quantitativos referentes aos encaminhamentos das proposições legislativas. Foram realizadas 62 sessões ordinárias e duas extraordinárias. Nesse período, foi produzido pelo Legislativo Estadual um total de 313 Projetos de Lei Ordinária. Foram 5.095 indicações apresentadas, com 4.986 deferidas. Dos 199 Requerimentos apreciados em plenário, 68 foram aprovados. Também foram apresentadas 18 moções e 47 Projetos de Resolução Legislativa. Houve ainda a aprovação de um Decreto Legislativo. O Poder Executivo encaminhou 14 Medidas Provisórias ao Parlamento Estadual, com a aprovação de 11 delas. O Governo também

encaminhou 14 Projetos de Lei Ordinária, sendo que 11 foram aprovados.

O Poder Judiciário encaminhou seis Projetos de Lei Complementar, dos quais, 6 foram aprovados. seis Projetos de Lei Complementar, dos quais, 6 foram aprovados. Enviou, também, dois Projetos de Lei Ordinária.

De dois Projetos de Lei Ordinária encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), ambos foram aprovados. Já a Defensoria Pública do Estado encaminhou um Projeto de Lei Ordinária e dois Projetos de Lei Complementar, sendo aprovados sem alteração. Ao longo desse período, foram realizadas ainda diversas reuniões deliberativas, audiências públicas e visitas.